

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.187 - ES (2016/0324622-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : SANDRA KOSTOVSKI**  
**EMBARGANTE : SLOBODAN KOSTOVSKI**  
**ADVOGADO : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182/STJ. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Nos limites expressamente estabelecidos pelo artigo 619 do Código de Processo Penal, destinam-se os embargos de declaração a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade eventualmente existentes no julgado combatido.
2. Não se verifica no acórdão a omissão assinalada nos aclaratórios interpostos, porquanto foi a controvérsia dirimida consoante entendimento jurisprudencial firmado nesta Corte Superior de Justiça.
3. A argumentação genérica que deixa de enfrentar de forma direta, clara e específica os óbices sumulares indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso especial não atente à exigência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil. Por isso, correta decisão de não conhecer o agravo regimental em razão da incidência do enunciado sumular n. 182 do Superior Tribunal de Justiça, aplicado analogicamente à hipótese destes autos.
4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**